



LULA

RAFAEL

WELLINGTON

PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO APRESENTADA AO PT

**VERSÃO PRELIMINAR
PARA DEBATE COM OS PARTIDOS
E COM A SOCIEDADE**

PIAUÍ, MAIO DE 2022

INTRODUÇÃO



Esta proposta de programa de governo foi construída a partir de uma metodologia que envolveu centenas de representantes do povo, da sociedade civil organizada, de dirigentes, gestores e diversos especialistas que contribuíram voluntariamente, enquanto cidadãos e cidadãs, para oferecer soluções viáveis, alinhadas às necessidades da população e ao propósito de unir desenvolvimento e justiça social. Nossos agradecimentos a todos e todas que contribuíram.

Entendemos que essa via democrática, embora mais trabalhosa, representa o processo que conduz melhor às inovações, à criatividade e às políticas públicas de acordo com as reais necessidades da população. De fato, as contribuições dos diversos setores da sociedade aumentaram a nossa clareza sobre o que devemos combater e o que devemos promover e realizar.

É nosso propósito combater a pobreza econômica, social e política e promover com mais celeridade e qualidade o desenvolvimento e o bem-estar social para todas e todos.

Não se constrói a paz na injustiça! Não se desativa a cultura do ódio com intolerância, mentira, preconceito e violência. O desenvolvimento com justiça social só pode ser construído em uma cultura de paz, reduzindo as desigualdades e cuidando bem de todas as pessoas, principalmente das que mais precisam. Queremos governar com um olhar estratégico voltado para uma sociedade justa e pacífica, ao mesmo tempo próspera, participativa e consciente dos seus direitos e deveres. Queremos governar investindo nas oportunidades e capacidades de nosso povo. Queremos um Piauí desenvolvido para todas e todos!

Nosso governo buscará desconstruir as forças do atraso e das injustiças e promover as forças que constroem o bem comum, com participação popular e governança digital, sustentabilidade ambiental, respeito aos direitos humanos, a melhoria da qualidade dos serviços públicos, com a geração de trabalho, emprego e renda, e a modernização e aprimoramento da infraestrutura e do ambiente de empreendimentos e negócios.

Nossa meta é promover o desenvolvimento de todo o potencial de nosso



povo. Não existe estado desenvolvido sem povo desenvolvido. É o povo desenvolvido que qualifica o estado desenvolvido! Por isso que, em nosso governo, o desenvolvimento de nosso povo está em primeiro lugar! É o Piauí do progresso, do desenvolvimento e da justiça social.

A atual gestão do Estado, da qual temos orgulho de ter participado nos últimos 7 anos, organizou suas finanças e desencadeou um acelerado conjunto de obras, educacionais, sociais, culturais, econômicas e de infraestrutura, através do Pró Piauí, projeto que tivemos a honra de coordenar. E fizemos isso numa conjuntura nacional de crise sanitária, elevada inflação e crise política, inclusive com ameaças de golpe de Estado, bem como enfrentando o descaso e até a oposição do governo federal ao governo do Piauí.

Se pudemos desenvolver o nosso Estado, que hoje é um canteiro de obras, mesmo com a oposição do governo federal, imagine com a parceria do presidente Lula! Trabalhando juntos, poderemos e faremos muito mais pelo nosso povo, e com o povo participando!

Vamos priorizar os investimentos em mais emprego e renda, seja nas periferias e regiões urbanas, seja no campo, e priorizaremos mais qualidade dos serviços e das políticas públicas e sociais.

Somos filhos do Piauí, conhecemos todas as cidades de nosso estado e acreditamos no povo piauiense. Temos conversado diretamente com nossa população mais vulnerável e ouvido com atenção suas demandas, recebido os agradecimentos e compartilhado com todas experiências inesquecíveis. Mais do que nunca nos sentimos motivados e preparados para transformar essa parceria com o povo em práticas inovadoras, capazes de trazer mais progresso e mais justiça social a nossa terra querida. Acreditamos no trabalho coletivo e somos muito gratos por participar do time do povo, com Lula, Wellington, nossos aliados e a população, que tem nos abraçado por todo o Piauí.

Convidamos você a participar do time do povo, para juntos fazermos mais e melhor pelo Piauí que queremos!

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

Para a elaboração desse plano de governo, atendendo à prerrogativa de que fosse democrático e refletisse o alinhamento entre desenvolvimento inclusivo, inovação e justiça social, foi designado um Coordenador Geral para articular uma Comissão Geral, que se encarregou de organizar Comissões por áreas específicas, compostas por gestores, especialistas e representantes da sociedade civil. Em sua maioria, os membros das comissões eram filiados ao PT ou eram de partidos coligados com o PT. Mas também participaram convidados que não tinham nenhuma filiação partidária e que, gentilmente, deram suas contribuições. A todos e a todas, nossos agradecimentos!

As Comissões por área mantinham o equilíbrio entre a quantidade de gestores e de representantes da sociedade civil. Além disso, foi sugerido que gestores e especialistas apresentassem, em seminários virtuais, um diagnóstico de cada área, suas problemáticas, suas propostas e até três prioridades para a próxima gestão. Da mesma forma, os representantes da sociedade civil com afinidade com as respectivas áreas apresentavam seus diagnósticos, críticas, propostas e as três prioridades.

Cada um desses representantes, seja gestor, especialista ou dirigente da sociedade civil, fazia de 15 a 20 minutos de exposição e depois disso se seguia o debate com todos os participantes. Para os seminários, eram convidadas pessoas diversas, inclusive não filiadas a nenhum partido. O único cuidado era evitar a presença de gente com prática fascista, de modo a preservar a eficácia do evento.

No final de cada seminário, com todos os participantes, eram definidas, quando possível, as três prioridades gerais. A quantidade de participantes nos seminários variou de 19 até 90 pessoas. Foram formadas 21 Comissões e realizados 30 seminários. A Comissão de cada seminário escolhia o coordenador, os mediadores e os membros da relatoria. Posteriormente,

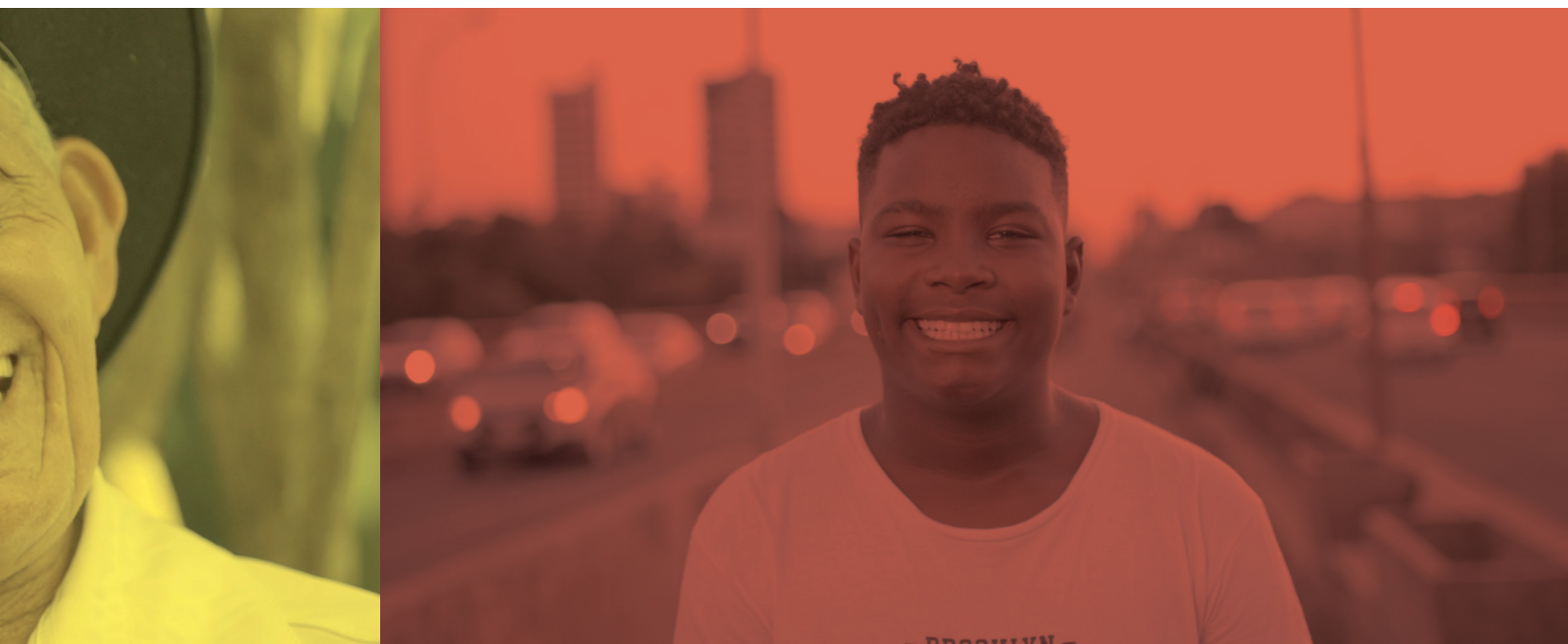


as comissões de cada área, com seus relatórios, conversavam com o núcleo da Comissão Geral, encarregado da relatoria final.

As propostas foram apresentadas pelas comissões ao pré-candidato em reuniões presenciais, acompanhadas, às vezes, por membros da executiva estadual do PT. Nessas reuniões foram aprofundadas as discussões sobre as prioridades definidas, com alguns ajustes e refinamentos de propostas.

A Comissão Geral, através de sua Comissão de Redação, após receber os relatórios ajustados das comissões por área, trabalhou na redação final e na formatação do texto a ser apresentado ao pré-candidato e, em seguida, à executiva do PT. A executiva tem poder para deliberar sobre as propostas do programa de governo, podendo avalizá-las ou modificá-las, podendo ainda colocar a sua versão para apreciação, discussão e deliberação do Diretório Estadual do partido. Com o aval do Diretório Estadual, o PT, juntamente com o seu pré-candidato a governador, deve apresentar a proposta para apreciação, modificações e acréscimos dos demais partidos aliados. Só então esse programa deverá, nas convenções partidárias, ser homologado e, posteriormente, no ato de registro da candidatura de governador e vice-governador, ser registrado no Tribunal Regional Eleitoral.

Segue, para apreciação do PT, esta versão preliminar da proposta do Programa de Governo do Povo piauiense.



O PIAUÍ EM DESENVOLVIMENTO

O estado do Piauí, no início dos anos 2000, apresentava um estágio de Desenvolvimento Humano que o colocava na posição de estado menos desenvolvido do Brasil, com um índice de 0,400. A partir de 2003, o estado passou por um processo de transformação, com a implantação de um novo modelo de gestão, organização da máquina pública, gestão fiscal e participação social, que promoveu um salto no desenvolvimento humano e sustentável, elevando ao índice do IDH projetado de 0,700. Naquele idos de 2003, a dívida gigantesca do estado consumia as receitas, havia débitos de curto prazo, desorganização das carreiras funcionais e problemas com a Previdência. O estado não dispunha de horizontes. Endividado e sem capacidade de investimento, via-se impossibilitado de adotar as medidas necessárias para o desenvolvimento do Piauí.

O equilíbrio fiscal foi, definitivamente, uma das medidas mais eficazes para inserir o Piauí na rota do crescimento. Os investimentos públicos viabilizaram a maior arrecadação e possibilitaram a evolução da gestão fiscal do estado. As ações e políticas apresentadas

neste documento só foram possíveis a partir do planejamento adequado e maior equilíbrio fiscal conquistado ao longo dos últimos 20 anos.

A Dívida Pública estadual em 2002 era de 164% das receitas. Havia uma de forte dependência de recursos externos, principalmente o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Em 2005, a Receita Corrente Líquida (RCL) finalmente alcançou patamar maior que o montante atribuído à Dívida Consolidada Líquida (DCL), crescendo nominalmente de maneira regular ao longo dos anos seguintes. As medidas adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores permitiram que em 2012, a dívida pública correspondesse a apenas 50% das receitas. As medidas de gestão fiscal adotadas resultaram em uma queda expressiva do endividamento do estado, que alcançou patamar de apenas 46% da Receita Corrente Líquida do Estado (RCL) em 2021.

O aumento da arrecadação tributária, possibilitada pelo crescimento da dinamicidade econômica, também proporcionou ao estado maior capacidade de atendimento às demandas

sociais, refletida pelo aumento do nível de investimentos em relação a sua receita.

O estado saiu de 5,28% da sua receita aplicada em investimentos, em 2002, para 15,15%, em 2021, com uma média de 10,62% da receita corrente líquida aplicada em investimentos. Esses investimentos voltaram-se para a melhoria da infraestrutura básica do estado, com investimentos nas áreas de mobilidade urbana, infraestrutura de transportes e políticas públicas que contribuíram para a geração de trabalho, emprego e renda da população piauiense. Muito se avançou, desde 2003, resultado de progressos significativos no modelo de planejamento adotado e também na conduta da Gestão Fiscal, que saiu da situação encontrada no início dos anos 2000, com várias áreas inadimplentes, para um estado que permite significativo acesso a créditos e investimentos. Esses investimentos em políticas públicas podem ser confirmados em diversas áreas. Na Educação, destacam-se o alto índice de Escolaridade Média, a queda dos índices de Analfabetismo, a universalização do Ensino Médio e a expansão do Ensino Superior para todos municípios. O estado, em colaboração com os municípios, universalizou o atendimento à população na faixa etária de 6 a 14 anos. O percentual de atendimento registrado em 2017 foi de 98,8%, maior que o do Nordeste. A escolaridade média, nos últimos 20 anos, pulou de 4anos para 7,51 anos .

Na área da saúde, a expectativa de vida, que era de 68 anos, em 2003, passou para 71,6 em 2019. O acesso à Atenção Primária, desde 2007, apresentou uma cobertura de 100% até 2019. 2020 a 2022 foram anos atípicos devido à Pandemia da COVID. Entretanto, foi graças à estruturação do sistema de saúde do estado que o Piauí conseguiu controlar a COVID, atender a população nas suas regiões e ficar entre os estados com menor número de mortes pela doença, sendo atualmente o segundo com maior número proporcional de vacinados.

Já a taxa de mortalidade infantil, indicador do IDH, caiu significativamente no período de 2003 a 2019. Entre 2003 e 2009, a taxa de mortalidade infantil no Piauí teve a sua maior queda (-18,6%), comportamento semelhante entre 2009 e 2015, com redução de -17,3%. No período de 2015 a 2019, manteve-se praticamente estável, com uma redução de -1,35%.



Isso foi resultado do apoio técnico aos municípios na ampliação da cobertura e no fortalecimento da Atenção Primária, na descentralização e qualificação do atendimento hospitalar e na maior agilidade e resolutividade nos processos de trabalho no âmbito da gestão estadual do SUS.

Em termos de renda, um dos grandes indicadores da maior prosperidade entre a população piauiense, foi a queda crescente nos índices de Pobreza e Extrema pobreza, com a saída de mais de 800 mil pessoas da linha de pobreza. Além disso, o Piauí foi o quinto Estado com melhor desempenho acumulado do PIB.No que se refere ao PIB per capita o desempenho entre 2002 e 2007 foi de um aumento 86%.De 2008 a 2013, aumentou 89%. E, entre 2014 e 2018, cresceu 31%.Com isso, o Piauí apresentou um crescimento real acumulado acima do Nordeste e do Brasil, entre 2010 e 2019.

Ao longo dos anos, as medidas econômicas adotadas também tiveram como intuito a promoção de oportunidades dignas de trabalho. Em 2009, foram gerados 1.066 empregos diretos e 8.348 empregos indiretos. No período de 2000 a 2011, a expansão média do emprego formal foi de 6,1% ao ano, acima da média nacional (5,3%). Entre 2011 e 2020 foram gerados 43.012 postos de trabalho formais.

1 OBJETIVOS

1.1 Objetivo geral

Promover no Estado do Piauí um desenvolvimento democrático, inclusivo, participativo e com equidade, integrado nas dimensões socio-cultural, econômica, ambiental, política e administrativa, com prioridades advindas dos grupos, setores e regiões mais necessitados dos direitos sociais constitucionais (art 6º da CF).

1.2 Objetivos específicos

Promover dinâmicas econômicas e sociais capazes de gerar trabalho, emprego e renda em todos os territórios de desenvolvimento do Estado.

Promover a melhoria da qualidade dos serviços públicos, aprimorando as políticas públicas de educação, saúde, segurança, cultura, esportes e lazer, habitação, mobilidade urbana e saneamento, assistência social e direitos humanos.

2 EIXOS ESTRATÉGICOS

2.1 Geração de trabalho, emprego e renda

O eixo de geração de trabalho, emprego e renda será composto por ações estratégicas que incentivem o desenvolvimento sustentável do estado do Piauí, por meio da inclusão produtiva, com estímulo a projetos inovadores, infraestrutura voltada para o desenvolvimento dos territórios, uso racional e sustentável dos recursos naturais, reaproveitamento e reciclagem e fomento à produção de alimentos com orientação nos princípios da agroecologia.

Promover o fortalecimento dos micros, pequenos e médios empreendedores urbanos e rurais, atrair investimentos externos, estruturar a implementação de PPPs para setores estratégicos, promover a regularização fundiária e criar um ambiente seguro para novos investimentos, além de fortalecer a ciência e a tecnologia são estratégias que compõem o eixo 1 desta proposta de governo.

As questões ambientais serão temas transversais de todo o processo de crescimento no

Piauí, sendo consideradas centrais na análise de novos empreendimentos. A preservação do meio ambiente e da biodiversidade, a valorização do saber tradicional, da ciência e da tecnologia apresentam-se como princípios fundamentais para o eixo de geração de trabalho, emprego e renda.

2.1.1 Micro e pequenos empreendedores

A valorização dos micros e pequenos empreendedores, incluindo a agricultura familiar, indústria, comércio e serviços, consiste em máxima prioridade para a consecução do eixo estratégico da geração de trabalho, emprego e renda.

É de se destacar o elevado índice de geração de empregos dessas atividades e sua relevância para o desenvolvimento socioeconômico do estado, a exemplo da agricultura familiar, da qual vive um terço da população do Piauí, e os outros dois terços dependem dos produtos dela advindos.

Expansão do fomento, assistência técnica e tecnológica, integração com as grandes empresas e com o governo são os caminhos que consideramos mais eficientes.

Ações prioritárias:

- Aumentar o montante disponibilizado à Agência Piauí Fomento para oferta de microcrédito, a fim de impulsionar os empréstimos destinados a micro e pequenos empreendedores;
- Transformar a agência Piauí Fomento em banco digital e realizar sua integração com o BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, a fim de levar o microcrédito aos 224 municípios do Piauí;
- Elevar a assistência financeira, técnica e tecnológica aos micros e pequenos empreendedores, por meio da agência Piauí Fomento e de parcerias com outras instituições (prefeituras, SEBRAE, entre outros), a fim de gerar agregação de valor aos seus produtos e serviços e conectá-los com as grandes empresas âncoras;
- Expandir e diversificar residências para assistência técnica nas várias modalidades onde se expressam vocações de produtores e empreendedores.

2.1.2 Agricultura familiar e cadeias produtivas

É indispensável fortalecer a estrutura produtiva da agricultura familiar, agregando valor à produção com uso de tecnologias apropriadas e enfatizando as cadeias produtivas como elemento impulsionador do desenvolvimento local nos territórios. Com isso, é possível fortalecer as estratégias de comercialização e inserção em mercados internos e externos, fomentando novos modelos de produção associativa, integrando e consolidando os arranjos produtivos locais e territoriais a novos mercados internos e externos.

Para tanto, foram selecionadas as seguintes cadeias produtivas: Apicultura, Ovinocaprinocultura, Cajucultura, Piscicultura, Fruticultura, Mandiocultura, Bovinocultura de corte e leite e Avicultura.

Ações prioritárias:

- Ampliar os investimentos do PNAE, PAS e programas de comercialização/aquisição institucionais, aumentando a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar para utilização nas políticas públicas de combate à fome, alimentação escolar, dentre outras;
- Criar programa de incentivo à agroindústria comunitária e estímulo à inovação tecnológica e à pesquisa aplicada;
- Ampliar e qualificar os processos de comercialização dos produtos da agricultura familiar, estimulando o associativismo, o cooperativismo e a economia solidária, promovendo programas que incentivem feiras, quitandas virtuais e eventos temáticos;
- Fortalecer o processo produtivo com programas de distribuição de tratores, implementos agrícolas, kits de irrigação, criação de bancos de sementes nativas e acesso ao crédito estadual para agricultura familiar;
- Viabilizar o abastecimento de água, a redução de resíduos e a ampliação do uso de energias limpas e renováveis;
- Promover acesso à terra e regularização

fundiária, com prioridade para as comunidades tradicionais;

- Implantar uma rede de assistência técnica aos produtores, em parceria com as prefeituras, inclusive na forma virtual, com o uso de equipamentos para gravação e envio de imagens dos campos e rebanhos para uma unidade tecnológica central.
- Fomentar o acesso ao crédito, a partir da constituição de parcerias entre instituições financeiras, Agência de Fomento e bancos comunitários de desenvolvimento;
- Fortalecer as cadeias produtivas priorizadas (apicultura, cajucultura, ovinocaprinocultura, fruticultura, bovinocultura, mandiocultura, avicultura), atraindo grandes empresas âncoras que se conectem a elas e impulsionem suas produções e vendas (a exemplo de uma indústria frigorífica nacional e a atividade local de rebanho de bovinos e caprinos).

2.1.3 Desenvolvimento econômico

O desenvolvimento econômico e social do Piauí, com elevação da geração de trabalho, emprego e renda, exige uma estratégia com foco no aprimoramento da infraestrutura física, tecnológica e de serviços que garanta dinâmicas internas de crescimento, com a criação de um ambiente de negócios que gere segurança e atratividade para novos investimentos.

Para tanto, são prioridades a realização e conclusão de obras estruturantes fundamentais para consolidar processos de crescimento em expansão e a adoção de políticas adequadas de atração de investimentos que gerem para o investidor um ambiente atrativo, seguro e desburocratizado.

Ações Prioritárias:

- Fortalecer a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Parnaíba, com atração de mais empresas (indústria de calçados, por exemplo) e garantia de acesso a gás natural para o Parque Industrial da ZPE;
- Realizar concessões e parcerias público-privadas (PPPs) para delegação da administração

de equipamentos públicos e de atividades que não são da competência direta do próprio estado;

- Atrair indústrias e empresas âncoras nacionais (frigorífico, por exemplo), mediante oferta de subvenção econômica (e não somente incentivos fiscais), e fazer a ligação das cadeias produtivas com os produtores/empreendedores locais (caprinocultura, por exemplo).
- Priorizar as principais cadeias produtivas do Piauí e a viabilização da venda desses produtos.
- Criar polos/parques industriais descentralizados;
- Criar um marco legal estadual, com a revisão e compilação das leis que tratem de desenvolvimento econômico;
- Aprimorar a comunicação transparente com os empreendedores e investidores, através de relatórios de inteligência;
- Incentivar a realização de eventos sobre empreendedorismo, desenvolvimento econômico e geração de trabalho, emprego e renda.

2.1.4 Infraestrutura e estratégias para atração de investimentos

As prioridades de infraestrutura contidas neste plano foram definidas a partir de uma lógica de desenvolvimento que promova inclusão produtiva, reforce dinâmicas de crescimento presentes nos diversos territórios do estado e seja capaz de gerar novos postos de trabalho, novas oportunidades de profissionalização e divisas para todos os piauienses.

Nessa linha, são prioridades a realização e conclusão de obras estruturantes fundamentais que dialoguem com as ações prioritárias do desenvolvimento econômico e viabilizem as condições necessárias para atração, retenção, criação e expansão de empresas interessadas em se instalar no Piauí.

Ações prioritárias:

- Concluir o Porto de Luís Correia e construir um parque industrial adjacente;

- Construir a Ferrovia de Teresina a Parnaíba;
- Construir a hidrovia de Ribeiro Gonçalves a Teresina, em parceria com o Governo Federal;
- Concluir/recuperar as Rodovias do agronegócio (Transcerrados, PI 392 e PI 247);
- Concluir todas as ligações rodoviárias dos municípios piauienses com os municípios vizinhos de outros estados, fortalecendo a natureza do Piauí como entreposto econômico;
- Expandir o Metrô de Teresina.

2.1.5 Tecnologia e inovação

Os investimentos em tecnologia e inovação são fundamentais para a implementação de uma cultura econômica disruptiva e de uma revolução no desenvolvimento socioeconômico do Piauí, marcadas pela promoção de uma educação voltada ao empreendedorismo criativo e à pesquisa aplicada; desburocratização, segurança jurídica e melhoria do ambiente de negócios; maior atração de investimentos; descentralização das atividades econômicas; modernização das infraestruturas e sistemas; garantia de sustentabilidade ambiental; universalização do acesso ao microcrédito e fortalecimento e integração das cadeias produtivas prioritárias, visando assim ao objetivo maior, que é a ampliação da geração de trabalho, emprego e renda, eixo estratégico do plano de governo.

A adoção de novas tecnologias engendra uma economia criativa e inclusiva nos mais diversos segmentos, em especial o industrial. Nesse sentido, demandas, investimentos dos setores públicos e privados, atenção especial aos institutos de pesquisa e universidades, além da expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão presentes neste plano de governo como prioridades para os próximos quatro anos.

Ações prioritárias:

- Implantar Distritos Tecnológicos – polos industriais de transformação, com espaço para funcionamento de startups (além de incubadoras e aceleradoras) e ambiente para promoção de educação tecnológica e inteligência

artificial, em parceria com escolas estaduais e universidades/instituições brasileiras e internacionais – nos territórios de desenvolvimento, de forma descentralizada e adequada às potencialidades regionais;

- Concluir a implantação do Piauí Digital, sistema de unificação e digitalização dos serviços de desburocratização e melhoria do ambiente de negócios;
- Aumentar investimentos em pesquisa aplicada em tecnologia e inovação para aprimoramento das potencialidades econômicas do Piauí, com seleção de projetos de micro e pequenos empreendedores para financiamento, por meio da agência Piauí Fomento;
- Promover lançamento regular de editais para investimentos em projetos inovadores de startups;
- Incentivar, por meio de auxílio financeiro (bolsas aos pesquisadores), pesquisas de inovação em projetos econômicos já existentes.

2.1.6 Agronegócio, mineração e energias renováveis

O conjunto formado pelo agronegócio, a mineração e as energias renováveis constitui uma frente de atividades econômicas importantes para o estado do Piauí, no tange à fonte de divisas, diversificação e oportunidades de novas possibilidades de trabalho e geração de renda.

O agronegócio é atividade fundamental para o crescimento econômico e social do Piauí, participando em torno de 10% da composição do PIB (Produto Interno Bruto) do estado quando comparado a outros setores da economia. Entre as principais culturas cultivadas nos cerrados piauienses estão a soja, o milho e o algodão. Nas exportações, o agronegócio alcança próximo de 90% das receitas, segundo informações da Secretaria de Estado do Agronegócio e Empreendedorismo Rural (SEAGRO).

O fortalecimento do agronegócio passa por investimentos, principalmente, em três frentes: regularização fundiária, segurança jurídica e desburocratização; meio ambiente; e infraestrutura.

As energias renováveis já consolidam uma nova vocação para o Piauí, que ocupa a quarta posição entre os maiores produtores de energia eólica do país, produzindo 3,8 GW. São 116 empreendimentos autorizados para captar energia dos ventos no estado. Apenas com energia limpa, unindo solar fotovoltaica e eólica, o estado produz o dobro da eletricidade de que precisa.

O Piauí tem usinas de energia solar em cinco municípios e de energia eólica em outros nove, a maioria localizada no semiárido, onde o IDH é mais baixo, tornando-se uma oportunidade de geração de trabalho, emprego e renda para toda a região e dando ao semiárido uma nova vocação produtiva.

A mineração sempre se apresentou como uma possibilidade de geração de divisas para o estado, que apresenta potencial para exploração de diversos minerais – como ferro e níquel, dentre outros –, sendo um produtor de calcário com capacidade de suprir as necessidades internas de produção e exportação. Os grandes desafios a serem superados são as questões de impacto ambiental, que exigem tecnologias apropriadas que minimizem os efeitos das atividades exploratórias, e a resolução de conflitos sociais, ambientais e culturais em áreas estratégicas com populações tradicionais.

Ações prioritárias:

- Implantar polos agroindustriais descentralizados, sintonizados com as potencialidades e peculiaridades regionais;
- Melhorar o ambiente de negócios, por meio da digitalização e desburocratização dos serviços públicos, com a implementação do Piauí Digital;
- Realizar programa de regularização fundiária rural, capitaneado pelo Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), em parceria com o Tribunal de Justiça do Piauí, com cartórios e outros órgãos, criando-se um sistema unificado digital de gerenciamento do patrimônio do estado, com banco de dados e geolocalização, garantindo assim segurança jurídica aos produtores;
- Fortalecer os serviços de energia (renováveis e

não intermitentes) e abastecimento de água, por meio de obras estruturantes;

- Consolidar política de aproveitamento do potencial das energias renováveis – eólica e solar, ampliando o acesso dessa forma de energia para micro, pequenos e médios produtores;
- Ampliar o financiamento de captação de energia solar;
- Elaborar e implementar política de desenvolvimento do setor de mineração, com uso de tecnologias sustentáveis, mitigação de impactos ambientais e mediação de conflitos sociais.

2.1.7 - Turismo

O turismo no Piauí representa um setor com potencial amplo e diversificado. Para o melhor aproveitamento desse ramo de atividade, é necessário promover o desenvolvimento local, por meio da política de regionalização do turismo, ampliando sua participação no PIB do estado. Para isso, é indispensável estruturar e implantar ações de governança e roteirização nos sete polos turísticos do estado (Costa do Delta, Teresina, Das origens, Aventura e Mistério, Águas, Histórico-cultural, Das Nascentes).

Ações prioritárias:

- Identificar demandas e implantar projetos estruturantes para alavancar o crescimento turístico do estado;
- Fortalecer a política de cadeia de produção e comercialização do artesanato, implantando programas de artesanato nos polos turísticos;
- Atualizar o Plano Estadual de Turismo, realizar estudos de demanda e de competitividade do turismo, criar o Observatório de Inteligência Turística e elaborar e executar plano de marketing para o turismo piauiense;
- Ampliar linhas de crédito específicas destinadas aos empreendimentos turísticos;
- Promover capacitação dos agentes da cadeia turística.

2.2 Melhoria da qualidade dos serviços públicos

2.2.1 Educação

É nosso propósito garantir educação de qualidade, com a expansão e valorização do ensino básico e superior em todas as etapas e modalidades, de modo a atingir média igual ou superior à média do Nordeste.

Para isso, precisamos promover a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e realizar a formação continuada dos professores, servidores e gestores da rede básica na rede superior. É necessário também garantir a expansão de atividades educativas para construção de projetos e experiências que possam ser ajustadas à formação continuada, estimular o protagonismo da juventude e desenvolver programas que incentivem a participação da comunidade escolar.

Ações prioritárias:

Educação Básica

- Ampliar a Escola em Tempo Integral em 50%;
- Ampliar e aprimorar a educação profissional e tecnológica, incluindo a educação do campo e EJATEC;
- Melhorar as condições de funcionamento das escolas, por meio de equipamentos, tecnologias avançadas e recursos pedagógicos;
- Fortalecer o programa de alfabetização na idade certa para reduzir a distorção idade-série, em parceria com os municípios;
- Implementar auxílio financeiro para estudantes que trabalham e para aqueles em situação de vulnerabilidade.

Educação Superior

- Ampliar a oferta de cursos da UESPI e UAPI sintonizados com as demandas regionais e de mercado;
- Melhorar a estrutura dos 12 campi da UESPI;

- Ampliar os programas de pesquisa, com oferta de, no mínimo, 60% das bolsas para pesquisa aplicada, sintonizada às potencialidades econômicas regionais e territoriais.

2.2.2 Saúde

É através do Sistema Único de Saúde – SUS que se concretiza a política pública de saúde do nosso país. Dentre seus princípios, destacam-se: Universalidade, Equidade, Integralidade e Controle Social. Ele se organiza como um Sistema Descentralizado, Regionalizado, Hierarquizado, Gratuito, com Gestão Colegiada, Financiamento Compartilhado (União, Estados e Municípios) e Comando Único em cada esfera de gestão. Esses princípios orientam e fundamentam a proposição e implementação de diretrizes técnicas e operacionais para políticas e programas setoriais. No processo de gestão, o ente Estado compartilha a tomada de decisão e a definição de prioridades para a política de saúde com o Conselho Estadual de Saúde (CES) e com a Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Ações Prioritárias:

- Fortalecer a atenção primária à saúde e sua articulação com a atenção secundária, por meio do assessoramento e apoio técnico, financeiro e logístico aos municípios;
- Reestruturar e aprimorar o sistema estadual de vigilância em saúde.
- Fortalecer a assistência de Média e Alta complexidade Ambulatorial e Hospitalar, reorganizando e aprimorando o funcionamento das Redes setoriais que compõem a Rede de Atenção à Saúde (RAS);
- Implantar os serviços integrados de regulação do acesso a procedimentos ambulatoriais especializados e leitos hospitalares, os centros de distribuição de insumos e a telemedicina de especialidades e diagnósticos;
- Modernizar os hospitais regionais e os de referência (HILP, MDER e HGV);
- Implementar ações integradas de promoção da saúde mental.

2.2.3 Segurança pública e justiça

A área Segurança pública e justiça possui como alicerces principais: aliança comunitária, transparência, cuidado com pessoas, grupos e temáticas sensíveis (reeducandos, crianças, mulheres, idosos, deficientes, meio ambiente, dentre outros), planejamento e atuação integrados, com base em evidências, e valorização profissional, refletindo o modo social de fazer segurança. As palavras-chave são integração e modernização da gestão pública da segurança e da gestão penitenciária. O desafio premente é aumentar a integração das ações entre as instituições de segurança pública e defesa civil estaduais, federais e municipais.

Ações prioritárias:

- Fortalecer a Polícia Comunitária, promovendo maior aproximação com a comunidade, por meio de conselhos de segurança, rondas e visitas comunitárias;
- Criar centros de convivência e promoção da paz em regiões com maior índice de criminalidade e violência, priorizando seu funcionamento em equipamentos públicos já existentes;
- Modernizar e aperfeiçoar a infraestrutura das unidades de segurança e defesa civil (edificações, materiais e equipamentos), os processos de gestão, o banco de dados e a inteligência das Polícias Militar e Civil, com a utilização de ferramentas/sistemas de tecnologia, inclusive nas operações policiais;
- Ampliar os efetivos das unidades policiais e de defesa civil, o corpo de bombeiros e os equipamentos de segurança pública;
- Promover tratamento específico para crimes de baixa e alta periculosidade, a fim de reduzir a lotação dos presídios e combater a criminalidade organizada de alto risco (as facções, em especial), de modo eficiente e efetivo, por meio, inclusive, de cooperação com o Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e OAB;
- Implantar programa de gestão estratégica e

gerenciamento dos presídios, capacitando os servidores, modernizando a infraestrutura e aumentando o número de vagas;

- Aperfeiçoar os programas de educação e trabalho nos presídios e de reinserção dos egressos no mercado de trabalho.

2.2.4 Assistência social

O principal objetivo da assistência social é amparar os direitos do cidadão, mediante proteção social. Para garantir a proteção social é necessário fortalecer e ampliar mecanismos que garantam ações de atendimento, proteção e promoção aos usuários do SUAS, tais como: idosos, mulheres, crianças e adolescentes, população de rua etc.

Ações prioritárias:

- Capacitar os técnicos e monitorar o funcionamento das redes municipais de assistência social;
- Ampliar o SASC integração;
- Melhorar a estrutura e o funcionamento/atendimento das casas de acolhimento (abrigos) e dos centros socioeducativos estaduais;
- Melhorar os equipamentos, sistemas e serviços.

2.2.5 Pessoas com deficiência

Conhecer os direitos fundamentais da pessoa com deficiência constitui premissa básica para que, juntos, poder público e sociedade civil adotem estratégias capazes de garantir esses direitos, de efetivar a participação e mobilização social, bem como de fortalecer a política de inclusão no estado do Piauí, em cumprimento ao que determinam as legislações vigentes – como a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (tratado internacional que, no Brasil, tem força de Emenda Constitucional), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e a Lei nº 6.653, de 15 de maio de 2015 (que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Piauí). Vale ressaltar que o Piauí se tornou referência nacional na política de inclusão para pessoas com deficiência.

Ações Prioritárias:

- Fortalecer a Rede Estadual de Reabilitação Danielle Dias nas quatro macrorregiões de saúde do estado;
- Implantar um programa integrado de qualificação profissional, incluindo parcerias com Universidades, Institutos Federais e outras instituições;
- Ampliar e fortalecer a Educação Inclusiva nas redes municipais e na rede estadual de ensino, com o apoio da SEDUC e de outras instituições parceiras;
- Implementar programas transdisciplinares para tratamento adequado de deficiências específicas, a exemplo do autismo.

2.2.6 Habitação, mobilidade urbana e saneamento

A política de habitação é um direito social – como a saúde e a educação –, direito do cidadão e dever do Estado, sendo prioridade estimular a retomada de projetos de construção de moradia digna de interesse social, com subsídio do poder público federal. As políticas públicas de mobilidade urbana, serviços de saneamento, resíduos sólidos e energia devem funcionar integradas para melhorar a qualidade de vida da população.

Ações Prioritárias:

- Reduzir o déficit habitacional, garantindo todas as contrapartidas financeiras, fundiárias e administrativas, para ampla adesão aos editais dos projetos federais de construção de casas populares;
- Ampliar o programa de regularização fundiária urbana e rural do estado, em parceria com o Judiciário e órgãos afins;
- Revisar o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS;
- Elaborar Plano de Mobilidade Urbana, estabelecendo o marco legal do transporte público coletivo do estado, democratizando os espaços

públicos de circulação e acesso que a cidade oferece;

- Garantir o mínimo de 70% de pavimentação poliédrica ou asfáltica nas zonas urbanas atuais dos 224 municípios do Piauí;
- Regulamentar e qualificar a prestação dos serviços de empresas concessionárias de saneamento, resíduos sólidos e energias;
- Apoiar e estimular o processo de concessão dos serviços de saneamento e tratamento de resíduos sólidos de forma regionalizada;
- Ampliar, em parceria com os órgãos estaduais e municipais competentes, as ações de educação de trânsito, em especial nas escolas;
- Ampliar as ações de fiscalização no trânsito, mediante a integração entre órgãos de segurança (PRF e PMPI) e de trânsito (DETRAN e STRANS);
- Promover a digitalização integral dos sistemas e serviços do DETRAN, garantindo a segurança dos dados, melhorando o atendimento ao público (telepresencial e presencial).

2.2.7 Cultura

Na área cultural, nossa proposta prevê o estabelecimento de políticas culturais que democratizem o acesso aos recursos públicos e valorizem a cultura local, por meio do apoio e incentivo à realização de Festivais de Arte e eventos da cultura tradicional.

Desenvolveremos ações que incentivem programas voltados à cultura afro-brasileira, indígena e manifestações populares, em sintonia com as organizações representativas de cada grupo e com as propostas da sociedade.

Ações Prioritárias:

- Aprimorar o Sistema Estadual de Cultura (SIEC) como ente financiador da cultura do Piauí, com aporte financeiro que atinja, no mínimo, o percentual destinado em 2021 ao orçamento da Cultura do Estado;
- Aprimorar os mecanismos de participação

social no processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura;

- Estabelecer critérios efetivamente democráticos para a escolha dos membros do Conselho Estadual de Cultura;
- Ampliar o programa Patrimônio Vivo e os investimentos nas produções de audiovisual;
- Criar polos de cultura em todos os territórios de desenvolvimento.

2.2.8 Esportes

O fortalecimento do esporte será priorizado como uma atividade integradora e capaz de envolver jovens e adultos. Para ampliar as atividades esportivas e de lazer no Piauí, foram definidas ações prioritárias que fortalecem atividades já consolidadas, apoiam a profissionalização de atletas e melhoram as infraestruturas existentes, além de incluírem novas iniciativas.

Ações prioritárias:

- Implantar o Sistema Estadual de Incentivo ao Esporte, semelhante ao SIEC;
- Aprimorar o Programa Bolsa Atleta Piauí, garantindo o Passaporte Campeão;
- Requalificar as instalações esportivas, em especial o Estádio Albertão, e construir mais equipamentos esportivos.

3 EIXOS TRANSVERSAIS

Os Eixos Transversais foram concebidos, neste programa, a partir da compreensão de que algumas temáticas ou áreas de atuação estarão presentes em todas as estruturas ou políticas públicas do governo. Elas perpassam e até orientam a atuação de diversas setoriais de forma simultânea.

Assim acontece com área de Direitos Humanos que incluem programas e projetos voltados para a promoção de direitos humanos propriamente dita e que fortalecerá políticas de assistência para a população em situação de rua, migrantes, igualdade racial, LGBTQIA+ e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, terreiros). Atividades como produção agrícola,

geração de renda, qualificação profissional e empreendedorismo devem ser desenvolvidas ou articuladas com setoriais específicas.

A participação social é fundamental para o exercício da cidadania. A participação da sociedade civil é essencial para que o diagnóstico, a avaliação das políticas públicas e o planejamento estejam mais próximos da realidade. A presença da população no âmbito de discussões e decisões sobre a política públicas é necessária e obrigatória, podendo se efetivar de diferentes maneiras: seja no exercício da democracia semidireta, com a participação em audiências, consultas e reuniões públicas, como também ocupando espaços deliberativos tais como os conselhos, conferências, fóruns, etc. A autodeterminação política que norteia esse plano tem como critério de validade e legitimidade das decisões político administrativas a orientação na construção participativa, a partir de uma visão territorial que promova desenvolvimento às diversas realidades e suas especificidades.

Já no tocante ao Meio Ambiente e Sustentabilidade, os princípios que irão nortear este eixo transversal serão: promover a conservação e a recuperação dos recursos naturais; incentivar a produção com sustentabilidade ambiental; estruturar sistema de gestão dos recursos hídricos e do saneamento básico; promover ações de educação ambiental em todos os setores do estado.

As propostas prioritárias apresentadas estão diretamente relacionadas às áreas de preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais, assegurando a demarcação das unidades de conservação, recuperação das áreas degradadas, regularização ambiental das propriedades e desenvolvimento de campanhas educativas que sensibilizem toda a sociedade para a importância da preservação ambiental e do uso consciente dos recursos naturais como forma de combater os efeitos das mudanças climáticas.

A acessibilidade digital é um eixo transversal do nosso plano de governo, a ser fielmente adotado por todas as secretarias e órgãos, implantando um GOVERNO 100% DIGITAL.

O GOVERNO 100% DIGITAL significará modernização e melhoria da qualidade, eficiência dos serviços e políticas públicas, promovendo transparência, segurança dos dados e desburocratização da gestão pública.

3.1 Direitos Humanos

Ações prioritárias:

- Criar e implantar centros ou espaços de promoção de direitos humanos – convivência social e intergeracional que integre as diversas políticas públicas na promoção da cultura da paz e na prevenção da violência, aproveitando equipamentos públicos existentes, como escolas, estruturas de centros sociais urbanos ou, até mesmo, construindo novos espaços;
- Criar a Secretaria Geral e de Direitos Humanos (dependendo da necessidade de alinhamento com a estrutura do Governo Federal e de acordo com as possibilidades orçamentárias);
- Implementar políticas de direitos humanos, com ênfase para a geração de trabalho, emprego e renda, para populações mais vulneráveis;
- Implantar projetos educativos, de saúde e de trabalho em unidades prisionais e centros de acolhimento aos adolescentes em conflito com a Lei;
- Humanizar o atendimento – atendimento periódico em saúde, realização de cursos profissionalizantes (fábrica de blocos, marcenarias, malharias), formação técnica e atividades culturais e esportivas;
- Implantar o sistema estadual de proteção dos direitos humanos;
- Implantar o sistema de registro, referenciamento e monitoramento de violações de direitos humanos (base de dados) e observatório.

3.1.1 Políticas públicas para as mulheres

Ações prioritárias:

- Fortalecer a Política de Igualdade no mundo do trabalho;
- Ampliar o programa Fomento Mulher (linhas de microcrédito para empreendedorismo feminino);

- Aumentar a assistência técnica e capacitação para negócios (próprios ou de economia solidária);
 - Criar edital específico para investimento em startups lideradas por mulheres;
 - Aprimorar o enfrentamento à violência contra a mulher;
 - Ampliar a instalação de DEAMs, inclusive na estrutura das delegacias gerais, e aprimorar o atendimento/funcionamento das DEAMs;
 - Garantir a capacitação, por meio de cursos, oficinas e palestras, qualificando os serviços de assistência social, segurança, e saúde da rede de atendimento às mulheres em situação de violência;
 - Fortalecer o Projeto Maria da Penha, promovendo o aumento da patrulha Maria da Penha e desenvolvendo campanhas educativas nas escolas - Projeto Maria da Penha Vai às Escolas;
 - Implementar o Programa de Reeducação/reabilitação dos agressores (acompanhamento psicossocial, cursos, palestras) via SEJUS;
 - Garantir e ampliar a oferta de ônibus e caminhonete lilás;
 - Promover a integração entre SESAPI, SASC e SSP;
 - Diversificar o quadro de pessoal (recursos humanos - delegada, assistente social e psicólogo);
 - Estreitar parcerias com os municípios, promovendo a melhoria do atendimento e a assistência nos CRAS e CREAS.
- Criar o programa estadual Piauí sem LGBTfobia, promovendo ações e políticas que visem à inserção e não discriminação da população LGBTQIA+;
 - Capacitar os profissionais de saúde dos hospitais regionais para atendimento à população LGBTQIA+;
 - Aprimorar no HGV o serviço especializado (ambulatorial, médico, psicológico e cirúrgico) de atendimento à população LGBTQIA+;
 - Ampliar e fortalecer estrutura e gestão voltadas para as políticas públicas para LGBTQIA+;
 - Fortalecer a GID/SEDUC e realizar formações e projetos de forma contínua para professores e alunos, dando visibilidade à temática específica para enfrentamento da violência em razão de orientação sexual e identidade de gênero;
 - Fortalecer a Delegacia dos Direitos Humanos;
 - Criar e implantar disciplinas nos cursos de policiais civis e militares do Piauí para enfrentamento da discriminação contra LGBTQIA+.

3.1.3 Juventude

Ações prioritárias:

3.1.2 LGBTQIA+

Ações prioritárias:

- Fortalecer e ampliar/aprimorar a estrutura (centros de referência) das políticas públicas de proteção à comunidade LGBTQIA+;
- Estruturar a Casa da Juventude Piauiense – CAJUPE, em Teresina, estabelecendo esse espaço como ponto de referência, apoio, acolhimento e direcionamento para as políticas públicas, sobretudo as de empregabilidade (porta de entrada), como espaço de empreendedorismo (mentoria), de qualificação (cursos técnicos) e de apoio psicológico;
- Estimular a criação de CAJUPEs nos municípios-polos pelas prefeituras;
- Instituir bolsa-auxílio para universitárias mães recentes;
- Ampliar a Potycabana com auditório, teatro e outros espaços de eventos e definir o calendário anual de eventos, segmentando espaços e horários;

3.1.4 Criança

- Criar e implementar programa integrado de ações de proteção à criança.

3.1.5 Igualdade racial

Ações Prioritárias:

- Garantir o desenvolvimento de Políticas Públicas, programas e projetos temáticos, com foco na prevenção da violência e enfrentamento do racismo institucional, incluindo as condições necessárias para a implementação da Lei 10.639/03;
- Manter a Gerência de Inclusão e Diversidade (SEDUC);
- Capacitar (curso de extensão) professores da rede estadual para ensino da História Africana e Afro-brasileira;
- Capacitar profissionais de segurança para enfrentamento do racismo institucional;
- Política para as comunidades tradicionais
- Garantir saúde e segurança alimentar às comunidades tradicionais;
- Promover regularização fundiária (titulação e demarcação das terras);
- Fortalecer o Projeto ATER nos Quilombos (diagnóstico da situação e potencialidades para assistência técnica rural e políticas sociais).

3.1.6 Idosos

Ações prioritárias:

- Criar equipes especializadas, nas delegacias dos municípios, para o atendimento às pessoas idosas vítimas de violência;
- Reestruturar as Instituições de Longa Permanência (ILPs) para pessoas idosas do estado (Vila do Ancião e VILA SÃO JOSÉ) e implantar serviços alternativos à institucionalização, em parcerias com as ONGs e a sociedade civil;

- Implantar projetos e programas voltados à prevenção da violência contra a pessoa idosa no estado do Piauí, em parcerias com a sociedade civil.

3.2 Participação social e comunicação

Ações prioritárias:

- Cumprir a Lei 7.357, de 3 de fevereiro de 2020, que instituiu a Política Estadual de Participação Social – PEPS e o Sistema Estadual de Participação Social – SEPS;
- Fortalecer a participação popular e o controle social das políticas públicas em todas as áreas, por meio de fóruns, conselhos, câmaras, observatórios e através de instrumento institucional correspondente às estruturas das relações políticas.
- Fortalecer a participação do cidadão na construção de políticas públicas por meio de canais digitais.
- Aprimorar a rede de transparência e de comunicação institucional eficiente com a sociedade.
- Fortalecer o sistema público de comunicação;
- Promover formação de pessoal para trabalhar com novas tecnologias da informação e redes sociais (letramento digital/parceria com SEDUC E UESPI).

3.3 Meio ambiente e sustentabilidade

Ações prioritárias:

- Combater o desmatamento ilegal e recuperar áreas degradadas;
- Substituir, gradativamente, a matriz energética do Piauí por energias renováveis;
- Aumentar a proteção das Unidades de Conservação existentes e ampliar as áreas protegidas de responsabilidade do estado.
- Transformação e acesso digital

3.4 Transformação e acesso digital

Ações prioritárias:

- Universalizar a digitalização e gestão de processos, sistemas e serviços de todas as secretarias e órgãos do estado;
- Criar bancos de dados em todas as secretarias e órgãos do estado, a fim de subsidiar a elaboração, adequação e aperfeiçoamento das políticas públicas, garantindo-se a proteção e segurança das informações;
- Concluir a implantação do Piauí Digital, aprimorando o ambiente de negócios, expandindo a rede de internet de alta qualidade nos espaços públicos e nas estruturas de governo;
- Transformar a agência Piauí Fomento em banco digital.

3.5 Planejamento e Gestão Eficiente

- Aprimorar a gestão financeira e orçamentária, para elevar sua qualidade e eficiência.
- Aprimorar a Gestão de Projetos.
- Fortalecer e aprimorar a Escola de Gestores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação atual de nosso país é complexa e difícil, sobretudo pela péssima gestão do governo federal, que, em vez de promover a harmonia entre os poderes e a união de esforços dos entes federativos e da sociedade civil organizada para superar os grandes desafios do momento atual, estimula a desunião, o ódio e a mentira, por meio das redes sociais e mídias tradicionais, esgarçando os tecidos e órgãos do Estado Democrático de Direito exarado na nossa Constituição Federal de 1988.

Isso tudo tem afetado todos os estados e municípios do Brasil, provocando transtornos diversos em seus planos locais e nos projetos e sonhos das famílias e das comunidades que neles vivem. Porém, aqui no Piauí, pelas conquistas realizadas nesse período pelo governo de Wellington Dias, na contramão do desgoverno

nacional, conseguimos amortecer esses transtornos e fortalecer a confiança do nosso povo em seu progresso e desenvolvimento.

Por isso, com esperança e entusiasmo elevados, estamos nesta caminhada eleitoral do ano em curso, propondo este ousado plano de governo para avançarmos, com mais rapidez e qualidade, o desenvolvimento Econômico e Social de nosso Piauí, propiciando a realização de muitos sonhos de nossa gente e a oferta abundante de novas oportunidades, com horizontes mais amplos, para que todos e todas participem da construção desse novo e promissor Piauí, que já desponta entre nós!

Nosso entusiasmo fica ainda maior quando vislumbramos as eleições que se avizinham, com uma extraordinária oportunidade de o povo mudar essa situação de nosso país, elegendo LULA como presidente do Brasil! Como sabemos da sensibilidade especial que LULA tem pelo desenvolvimento da região Nordeste e do Piauí, juntos poderemos fazer até mais do que o nosso plano de governo propõe!

Pedimos a benção de Deus e a confiança do nosso Povo para que possamos ter êxito nessa caminhada, junto com LULA, Wellington e todo o nosso time de candidatos aos parlamentos estadual e federal! E como já temos dito em várias ocasiões, nossa caminhada será sempre pautada pelo espírito de paz e amor tão bem refletido na oração de São Francisco de Assis.

Por fim desejamos registrar mais uma vez nossa gratidão profunda a todas as pessoas que voluntariamente contribuíram para a construção deste Plano de Governo, de maneira especial a todas aquelas que participaram dos diversos seminários e reuniões que culminaram na versão inicial dele.

ANEXO

COORDENADOR GERAL

MARCELINO DE OLIVEIRA FONTELES

COORDENAÇÃO GERAL

REJANE TAVARES DA SILVA, LIÉGE DE SOUZA MOURA, CARLOS HENRIQUE NERY COSTA, ANTÔNIO LUIZ SOARES, FRANCISCO LUCAS C. VELOSO, MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA BISERRA RODRIGUES, JOSÉ NAZARENO C. FONTELES, ZENAIDE BATISTA LUSTOSA NETA, GIL KAIRÓS NETO, NAYARA JULIANA RIBEIRO DA COSTA, SÉRGIO ALBERTO DA SILVA.

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

LIÉGE DE SOUZA MOURA, MARCELINO DE OLIVEIRA FONTELES, REJANE TAVARES DA SILVA, JOSÉ NAZARENO C. FONTELES.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ELLEN GERA DE BRITO MOURA, CONCEIÇÃO ANDRADE, MARIA JOSÉ DA COSTA SALES, JOELMA FERREIRA DE CANTUÁRIA, MARIA DE LOURDES DA COSTA E SILVA LOPES, LUSIA MORAIS GONÇALVES, NINA ROSA DE OLIVEIRA RÊGO, RAIMUNDO DUTRA DE ARAÚJO, RAIMUNDA NÚBIA LOPES, ELMO LIMA, CARLOS ALBERTO, JOSÉ BARROS SOBRINHO, HERBERT BUENOS AYRES, ADILSON DE APIAIM, FONSECA NETO, FRANCISCA MASCARENHAS, NORMA RAMOS..

COMISSÃO DE SAÚDE

CARLOS HENRIQUE NERY COSTA, TATIANA VIEIRA CHAVES, VINICIUS PONTES NASCIMENTO, CÉLIA MARIA TEIXEIRA DE SOUSA, ANA MARIA MENEZES NEIVA EULALIO AMORIM, ALDERICO GOMES TAVARES, JOSÉ TEÓFILO CAVALCANTE, ÍTALO SÁVIO MENDES RODRIGUES. BENJAMIM PESSOA VALE - LEIVA DE SOUZA MOURA, PAULO HENRIQUE DA COSTA PINHEIRO

COMISSÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR

PATRICIA VASCONCELOS LIMA, FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO, SIMÃO ALVES DE OLIVEIRA, JOSÉ AIRTON CARVALHO DANTAS, MARIA EDINALVA COSTA SILVA, JOSIEL DA SILVA SANTOS, CLAUDIMIR GULARTE VIEIRA, AFONSO GILBERTO GALVÃO, LEÔNIDAS FREIRE SILVA JÚNIOR, FRANCISCO MILANEZ.

COMISSÃO DE SEGURANÇA E JUSTIÇA

DANIEL CARVALHO OLIVEIRA VALENTE, EUGENIA VILA, JETAN PINHEIRO BARBOSA, TAMYRES LAYSLA MESSIAS, JOSÉ DA CRUZ BISPO DE MIRANDA, AVELINO MEDEIROS DA SILVA FILHO, CELIA MARIA TEIXEIRA DE SOUSA, NATÁLIA MARIA DE LIMA, STANLEY ROSSINE GONÇALVES ANDRADE, JACINTO TELES COUTINHO.

CULTURA

FÁBIO N. NOVO, CHAGAS VALE, LEONARDO FIALHO MACHADO NOGUEIRA, IRENE NOGUEIRA COSTA, ROSÁRIO BEZERRA, SÁVIO GERMANO RODRIGUES PORTELA, JAIRO GOMES ARAÚJO, SONIA MARIA DIAS DE SOUSA (SÔNIA TERRA), MATEUS DE FRANÇA MATIAS,. ELEUZA DIAS DA SILVA, JAIRO GOMES ARAÚJO. NELSON NERY COSTA, FONSECA NETO,

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, FOMENTO

VITOR HUGO, FRANCISCO JORDÃO COSTA SILVA, BRUNO AGRELIO RIBEIRO, TERESINHA DE JESUS FERREIRA DA SILVA, TIAGO RIBEIRO PATRÍCIO, LIDIANE CÉSAR OLIVEIRA, SÉRGIO LUÍZ DE OLIVEIRA VILELA

HABITAÇÃO, MOBILIDADE URBANA, SANEAMENTO BÁSICO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

GILVANA NOBRE RODRIGUES GAYOSO FREITAS, NEIDE DE JESUS CARVALHO, JOSEFA FRANCISCO DE LIMA, ANA LÚCIA GONÇALVES SOUSA, JOÃO RODRIGUES FILHO, FRANCISCO WELLINGTON GONÇALVES DANTAS, ADALGISA GOMES DE SOUSA SILVA, DALILA ALVES CALISTO, EMANUEL BOMFIM VELOSO FILHO.

PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO E GOVERNO

REJANE TAVARES DA SILVA, CONCEIÇÃO DE MARIA DA SILVA BUGYJA BRITTO, AVELYNO MEDEIROS DA SILVA FILHO, CARLOS AUGUSTO DA SILVA VIANA, ANTÔNIO TORRES DA PAZ, RAIMUNDA NÚBIA LOPES DA SILVA, CARLOS AUGUSTO DA SILVA VIANA, CARLOS HENRIQUE MENDES DA ROCHA, JAMES PEREIRA DA SILVA, GISELE DE ARAÚJO OLIVEIRA, BRUNO AGRELIO RIBEIRO

TRÂNSITO

GARCIAS GUEDES RODRIGUES JÚNIOR, AVELYNO MEDEIROS DA SILVA FILHO, ANTÔNIO TORRES DA PAZ, JÚLIO CESAR DE SOUSA COSTA, MARIA YASMIN DE SOUSA VIEIRA, PATRICIA LEAL, TERESINHA RODRIGUES TORRE

MEIO AMBIENTE

CARLOS ANTÔNIO MOURA FÉ, DALTON MELO MACAMBIRA, MARCELO AMORIM DE MOURA, EUGÊNIA DE MEDEIROS, MILCIADES GADELHA DE LIMA. IANA TAVARES, WERTON FRANCISCO RIOS DA COSTA SOBRINHO

ESPORTES E LAZER

CLEMILTON LUIZ QUEIROZ GRANJA, VICENTE SOBRINHO, CARLA MATA, BRENNO DIAS BRANDÃO, FÁBIO SOARES DA COSTA, JOÃO FERREIRA NETO, ANTÔNIO MACHADO DE ARAÚJO. JOSÉ FRANCISCO CARDOSO DA SILVA, JOSEFA FRANCISCA DE LIMA.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

ROSÂNGELA MARIA SOBRINHO SOUSA- LUCIANA EVANGELISTA FERNANDES FRANCO - KASSIA LORENA DOS SANTOS VALADÃO, ANANIAS PEREIRA DA CRUZ, ANTÔNIA MONIKA LOPES CAVALCANTE, ROBERTO OLIVEIRA ALVES, MARIA DA CRUZ OLIVEIRA SOUSA.

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

JANAINA MAPURUNGA BEZERRA DE MIRANDA, ANANIAS PEREIRA DA CRUZ, MAIA DAS GRAÇAS DA SILVA, RAIMUNDA NÚBIA LOPES DA SILVA, AMÁLIA RODRIGUES DE ALMEIDA, LEANDRA MARCIA PEREIRA DOS SANTOS, MISAEL NEVES DE OLIVEIRA JÚNIOR, LIDIANE CESAR OLIVEIRA., ANA CLEIDE FERREIRA DO NASCIMENTO, PATRÍCIA AMÁLIA CASTRO ARAÚJO.

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

ZENAIDE BATISTA LUSTOSA NETA, ANA CLEIDE FERREIRA DO NASCIMENTO, JOELFA BEZERRA DE FARIAS, ELLEN DOS SANTOS COSTA, BRENDA NATACHA DE ALENCAR FÉLIX, LIDIANE CÉSAR OLIVEIRA, MARIA DO CARMO FERNANDES, MARIA JOSIMAR PIRES DE SOUSA. ELEUZA DIAS DA SILVA, HALDACI REGINA DA SILVA

COMISSÃO PARA ÁREA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

MAURO EDUARDO CARDOSO E SILVA, JOAQUIM SANTANA NETO, CLAUDE GIRÃO SANTIAGO, RAQUEL CRISTINA AZEVEDO DE ARAÚJO, ADERSON LUZ CARVALHO, MARIA DO AMPARO DE SOUSA ALVES, MARTHA AMORIM RIBEIRO CARVALHO, ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA, : MARIA HELENA DE OLIVEIRA LIMA

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA BISERRA RODRIGUES, CONCEIÇÃO DE MARIA DE SOUSA E SILVA, GILVANO DA SILVA QUADROS, MARIA ASSUNÇÃO SOUSA DE AGUIAR, SÔNIA MARIA DIAS DE SOUSA (SÔNIA TERRA), HALDACI REGINA DA SILVA

COMISSÃO PARA A ÁREA LGBTGIA +

FRANCISCO JOCEILSON ALVES DA COSTA, VITOR SAMPAIO KOZLOWSKI FERREIRA, BEEL DA SILVA, BRENDA NATACHA DE ALENCAR FÉLIX, JOSEANE GOMES SANTOS BORGES,

JUVENTUDE

ARTHUR CARVALHO RIBEIRO, VICENTE GOMES, MARINA MOURA , ALLYSSON GUIMARÃES , YAMONA MARA DA S. GASPAR, : FRANCISCO JOCEILSON ALVES DA COSTA, KAIRE VINÍCIUS DE AGUIAR QUADROS, MATEUS DE FRANÇA MATIAS, : SÁVIO GERMANO R. PORTELA, ESMABELA DA SILVA SOUSA, LYZANDRA LOPES SILVA, DALVA RABÊLO, TIAGO DA SILVA SOUSA

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA BISERRA RODRIGUES, ARIMATEA DANTAS, JANAINA MAPURUNGA, RAIMUNDA NÚBIA , JOÃO DE MOURA, ADALGISA GOMES DE SOUSA SILVA, JOSEFA FRANCISCA DE LIMA, ZENAIDE BATISTA LUSTOSA NETA, ANA CLEIDE FERREIRA DO NASCIMENTO, ARTHUR CARVALHO RIBEIRO , MARIA JOSÉ SALES, MARIA EDINALVA COSTA SILVA, JOSIEL DA SILVA SANTOS, CLAUDIMIR GULARTE VIEIRA, AFONSO GILBERTO GALVÃO, NEIDE CARVALHO, JOSÉ TEOFILO, GILVANO QUADROS DA SILVA, ELTON ARRUDA, BRENDA FÉLIX, , CONCEIÇÃO DE MARIA DE SOUSA E SILVA

COMUNICAÇÃO

LUIZ SOARES BRANDÃO, ALLISSON GUIMARÃES, JOÃO DE MOURA, ANTÔNIA DIAS, OSCAR DE BARROS SOUSA, NASSAR JADÃO PINHEIRO, ALBANO AMORIM, VINÍCIUS ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA, NAGILA MARIA SOARES MELO, CANTÍDIO FILHO, ALLYSSON GUIMARÃES E ANTÔNIO TORRES DA PAZ.

